

Bêbado mas não doente

por Jim Rohwer
(Continuação da 1ª página)

uma ameaça numa economia tão amplamente controlada pelo Estado quanto a brasileira, é ruim. É fácil cheirar pessoas que cobram por quilo para contrabandear para dentro do País qualquer coisa que se queira em contêineres lacrados que passam magicamente pela alfândega. A maioria dos encontros normais com a burocracia, desde os mais humildes, como obter uma carta de motorista, até os acessos aos superiores, envolve pagamentos de subornos (ou, mais racionalmente, falsificações, que normalmente são menos problemáticas). As forças policiais das grandes cidades estão sendo subornadas com o dinheiro das drogas, na medida em que o processamento da cocaína está migrando da Bolívia e da Colômbia para a região oeste do Brasil.

No entanto, não é a ausência do respeito às leis que dá à sociedade brasileira, a sua sensação de vertigem. É a inflação. Como o resto da América Latina, o Brasil convive com a inflação, geralmente de maneira bem confortável, durante a maior parte dos últimos trezentos anos. Na década de 80, no entanto, os aumentos dos preços aceleraram-se; nos cinco últimos anos, os aumentos foram dramáticos. Um índice de preços ao consumidor estabelecido em 100 pontos em março de 1986 atingiu um nível de 3.041.400 em fevereiro de 1991, quando foi descontinuado. A inflação mensal foi de 15% em setembro e de 25% em outubro desse ano; esperava-se que ela ficasse em torno de 30% em novembro. É justamente isso o que está começando a destruir o Brasil.

Os motivos disso são explicados por Keynes no seu texto "As Consequências Económicas da Paz":

O fracasso em frear o apetite do setor público levou à crise

Através de um processo contínuo de inflação, os governos podem confiscar, secretamente e sem ser observados, uma importante parte da riqueza dos seus cidadãos. Por esse método, eles não apenas confiscam mas, também, confiscam "arbitrariamente"; e, se bem que o processo cause o empobrecimento de muitos, ele também serve para enriquecer alguns. A visão desse rearranjo arbitrário da riqueza atinge não apenas a segurança mas também é um golpe à confiança na equidade do sistema existente de distribuição de riqueza. Aqueles aos quais o sistema proporciona vantagens, além dos seus merecimentos e até mesmo além das suas expectativas e desejos, tornam-se "aproveitadores", motivo de ódio da burguesia tanto quanto do proletariado. Na medida em que a inflação continua e o valor real da moeda flutua intensamente de mês para mês, todas as relações permanentes entre devedores e credores, que formam a base mais importante do capitalismo, tornam-se tão desordenadas, a ponto praticamente de perderem qualquer sentido, e o processo da obtenção de riqueza acaba degenerando-se, transformando-se num jogo e numa luta.

Lenin certamente estava com a razão. Não existe maneira mais útil nem mais segura de desestabilizar

uma base existente de uma sociedade do que um desarranjo de sua moeda. O processo coloca todas as forças ocultas da lei econômica ao lado da destruição, e faz isso de uma maneira que, em 1 milhão de pessoas, não haja uma capaz de fazer um diagnóstico perfeito.

Por que motivo a América Latina, de uma maneira geral, e o Brasil, em particular, não estão propensos a ter os arrepios de pavor em relação às perspectivas de inflação que tinha Keynes? Até mesmo o Chile e o México, países com os melhores desempenhos do continente, conseguiram reduzir seus índices anuais de inflação para apenas cerca de 20%. Isso é quatro vezes mais do que a média na OCDE e duas vezes a inflação da Coréia do Sul, que é exagerada pelos padrões asiáticos.

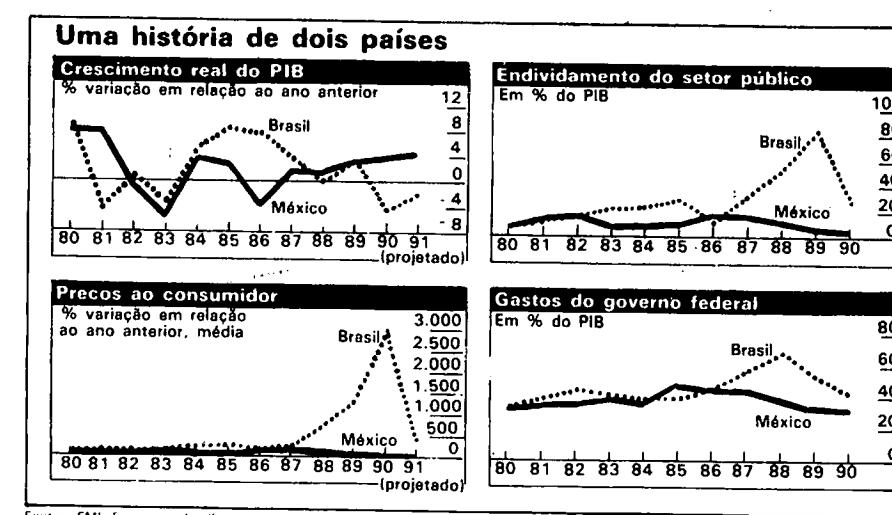
Os custos da inflação são elevados, mas também existem alguns benefícios. O maior deles é que, como Keynes observou em "Um Tratado sobre a Reforma Monetária", a inflação frequentemente avança paralelamente ao rápido crescimento econômico. Os empresários usualmente têm bons resultados quando os preços estão subindo; em primeiro lugar, porque suas "saídas fixas de dinheiro" representam uma proporção menor do que antes em relação ao seu movimento de dinheiro; em segundo lugar, porque, em inflações rápidas, seus estoques valorizam-se em suas mãos, permitindo que eles "sempre vendam a preços melhores do que esperavam e garantam um lucro adicional que não tinham calculado".

Esse estímulo pode ser artificial e indesejado (sobretudo porque acaba eventualmente levando a uma deficiência de investimentos), mas durante certo tempo ele serve para incentivar o crescimento. A tentativa de crescer através de aumentos de preços é difícil resistir enquanto os males da inflação puderem ser contidos dentro de limites.

Convém lembrar que, na longa passagem citada acima, Keynes estava descrevendo dois tipos muito diferentes de mal inflacionário. Um deles é a taxa inflacionária do governo, o roubo dos bolsos dos seus cidadãos. O outro tipo é a incerteza desigual da inflação, a transferência arbitrária de riqueza e de benefícios de um grupo para outro. Se a desigualdade pudesse ser eliminada, a inflação não teria importância nesse sentido; o nível dos preços poderia aumentar, mas os preços relativos não se modificariam.

O Brasil acreditou ter conseguido dominar este jogo. Durante décadas, o País construiu um elaborado sistema de indexação, permitindo que os preços de tudo — salários, mercadorias, taxas de juro, impostos — fossem ajustados de acordo com a inflação, de maneira que os credores não fossem prejudicados em relação aos devedores e que as decisões de poupança, de investimentos e de consumo não fossem influenciadas por expectativas a respeito dos preços futuros. Para se constatar quanto elaborado esse sistema é, pode ser visto abrindo-se um jornal brasileiro.

Não você encontrará pelo menos as seguintes informações, direcionadas não para especialistas financeiros, mas para pessoas comuns que estão tentando organizar os seus gastos domésticos: três taxas de câmbio do cruzeiro em relação ao dólar; o preço do ouro; dois índices de mercado de ações; quatro índices de inflação; a "Tabela", usada para a deflação



Fonte: FMI, Economist Intelligence Unit, IFEU, Instituto de Finanças Internacionais (IFCI), Banco Mundial

de contratos assinados antes do mais recente congelamento de preços, mas que venderam depois dele; a Taxa Referencial de Juros (TR), uma taxa de juro baseada nas previsões da inflação do Banco Central durante o próximo mês; a Taxa Referencial Diária (TRD), uma versão diária da TR; e toda uma sopa de letreiras de BTN, de IBA e de FGTS, papéis governamentais indexados à inflação que costumavam ser usados como dinheiro e continuam constando de muitos contratos privados; o salário mínimo legal mensal e o bônus; e os índices de correção de preços para aluguéis residenciais e comerciais.

A pior forma de desgoverno é incapacidade de conter a inflação

Por mais espantoso e desperdiçante que tudo isso seja, a indexação funcionou toleravelmente bem até os anos 80 (ela foi formalmente abolida neste ano; no entanto, como o parágrafo anterior deixa bem claro, ela continua extra-oficialmente viva e forte). É por isso que muitas pessoas no Brasil, muitos empresários entre elas, recordando-se dos bons tempos do rápido crescimento nos anos 60 e 70, continuam tendo palavras positivas a respeito da inflação anual de dois dígitos. Um dos motivos do colapso da indexação foi o fato de que os aumentos dos preços se tornaram ingremes demais para serem manejados com facilidade. O motivo maior foi a emergência de outros dois maiores inflacionários de Keynes: o governo brasileiro começou a tentar apossar-se da riqueza de sua população e o Peru começaram a desregularizar, a liberalizar, a derrubar barreiras comerciais e a impor um controle sobre as finanças públicas e a inflação; a tal ponto isso foi feito que os homens internacionais do dinheiro estão pensando que a América Latina poderá ser um dos melhores investimentos dos anos 90.

Do final dos anos 60 até início dos anos 80, o governo brasileiro registrou superávits orçamentários ou déficits modestos. Sob a influência combinada do choque do petróleo de 1979, da crise da dívida de 1982 e da democratização — primeiro a antecipação da democracia em 1979-85, depois a coisa real começando em 1985 —, o governo brasileiro tornou-se profundamente populista. Detalhes serão fornecidos mais adiante; por enquanto é suficiente dizer que as folhas de pagamento do setor público e outras formas de consumo do governo aumentaram consideravelmente, ajudadas nisso por declínios nos investimentos do governo e por um vasto aumento na emissão de moeda e de dívidas públicas.

É justamente o fracasso de todas as recentes administrações brasileiras — do governo militar de João Figueiredo, no início dos anos 80, à presidência de José Sarney eleito indiretamente em 1985-90, ao presidente Fernando Collor de Mello eleito pelo voto popular em

1990 — em conseguir dominar o apetite egoísta do setor público que levou o Brasil à sua atual situação. Como outros países (o ex-bloco soviético, o restante da América Latina, a Índia), o Brasil tem muitos outros erros a serem consertados: protecionismo, licenciamento, excessos de regulamentação e assim por diante. E em relação a estas coisas o País não fez um mau inicio.

No entanto, tudo isso pouco significa enquanto o Brasil não for capaz de sustentar a sua inflação motivada pelo governo. Esta incapacidade é a pior forma possível de desgoverno. Mais cedo ou mais tarde, isto acaba conduzindo à hiperinflação, que equivale na prática ao colapso social e econômico. Isso também indica, principalmente numa democracia, a direção ao colapso político mais básico: uma negligência impressionante do bem geral em favor de interesses especiais. O motivo pelo qual o Brasil se encontra numa crise — a palavra, para variar, está empregada corretamente — é que o País sofreu uma enorme falha de governo. A principal finalidade deste trabalho é perguntar os motivos pelos quais isso aconteceu, e quais são as esperanças que o Brasil tem de se recuperar.

O fato de estas serem as questões centrais a respeito do Brasil tem um lado positivo, além-de outro negativo. Se a maldição do mau governo puder ser eliminada, existem poucos milagres que a economia brasileira não possa fazer. Uma rápida comparação com o México mostra os motivos disso.

No decorrer da última década, a maior parte da América Latina tentou corrigir os erros do passado em vez de seguir o exemplo do Brasil em aumentá-los ainda mais. Um depois do outro, o Chile, a Bolívia, a Venezuela, a Argentina e até mesmo a Nicarágua e o Peru começaram a desregularizar, a liberalizar, a derrubar barreiras comerciais e a impor um controle sobre as finanças públicas e a inflação; a tal ponto isso foi feito que os homens internacionais do dinheiro estão pensando que a América Latina poderá ser um dos melhores investimentos dos anos 90.

A economia é equilibrada e reage com facilidade

Mesmo dentro deste elenco, o México se destaca. Rudiger Dornbusch, um economista do Instituto de Technology de Massachusetts — do governo militar de João Figueiredo, no início dos anos 80, à presidência de José Sarney eleito indiretamente em 1985-90, ao presidente Fernando Collor de Mello eleito pelo voto popular em

1990 — em conseguir dominar o apetite egoísta do setor público que levou o Brasil à sua atual situação. Como outros países (o ex-bloco soviético, o restante da América Latina, a Índia), o Brasil tem muitos outros erros a serem consertados: protecionismo, licenciamento, excessos de regulamentação e assim por diante. E em relação a estas coisas o País não fez um mau inicio.

No entanto, tudo isso pouco significa enquanto o Brasil não for capaz de sustentar a sua inflação motivada pelo governo. Esta incapacidade é a pior forma possível de desgoverno. Mais cedo ou mais tarde, isto acaba conduzindo à hiperinflação, que equivale na prática ao colapso social e econômico. Isso também indica, principalmente numa democracia, a direção ao colapso político mais básico: uma negligência impressionante do bem geral em favor de interesses especiais. O motivo pelo qual o Brasil se encontra numa crise — a palavra, para variar, está empregada corretamente — é que o País sofreu uma enorme falha de governo. A principal finalidade deste trabalho é perguntar os motivos pelos quais isso aconteceu, e quais são as esperanças que o Brasil tem de se recuperar.

O quarto sucesso foi o maior: um governo consistente, coerente e não corrupto. O México está longe de ser uma democracia — o seu partido governante chegou ao poder mais ou menos na mesma época em que o Partido Comunista na União Soviética e deve sobreviver a ele por muito tempo — mas primeiro sob o presidente Miguel de la Madrid em meados dos anos 80 e, mais intensamente ainda, sob Carlos Salinas de Gortari desde 1988, o México tem sido um modelo de prestação de contas (accountability) pública. A mesma equipe eco-

nômica (praticamente todos os seus membros, incluindo o próprio presidente, têm Ph.D em economia conseguidos em lugares como a Universidade de Harvard) está no poder há uma década. As decisões são tomadas a longo prazo e ninguém perto dos níveis mais elevados de governo lucra pessoalmente com elas.

Em todos estes pontos, como este trabalho irá explicar, o Brasil teve uma performance muito pior do que a mexicana — em alguns casos extremamente pior. O resultado foi que, apesar do Brasil possuir uma economia muito mais bem equipada do que o México, este conseguiu ultrapassar o Brasil em praticamente todas as medidas econômicas (ver tabela nº 1). Não causa espanto constatar que a dívida externa brasileira esteja sendo negociada a 25 centavos por dólar no mercado secundário, ao passo que a mexicana tem uma cotação de 59 centavos.

Mas, e se o Brasil conseguir sair do seu lodaçal político? É muito fácil esquecer que, até os anos 80, o Brasil tinha não apenas o melhor desempenho econômico da América Latina neste século mas também um dos melhores currículos do mundo. Nos anos 20, o Brasil era uma sonolenta economia baseada no cultivo do café, com uma renda "per capita" que equivalia

a um trigésimo da renda "per capita" da Argentina. No decorrer de três gerações, o País conseguiu ficar mais rico do que Argentina. Isso ocorreu menos porque a Argentina estava regredindo, mas porque o Brasil estava crescendo vertiginosamente. Entre 1940 e 1980, a produção real brasileira registrou uma expansão em todos os anos, menos um (1942). A economia cresceu numa média de 7% ao ano durante estas quatro décadas. O PIB real por pessoa cresceu quase 4% ao ano, um dos índices mais elevados do mundo. No final destes quarenta anos, ele tinha quintuplicado, para US\$ 2.450 (em dólares de 1989).

Isso deixou uma rica herança aos 155 milhões de brasileiros. O Brasil tem uma economia bem equilibrada e que reage com facilidade, a décima maior do mundo, com uma enorme quantidade de pequenas empresas bem como dúzias de grandes empresas de porte mundial. O País não é um mero produtor de commodities: atual-

mente, três quartas partes de suas exportações são produtos manufaturados. O Brasil também se beneficia do maior conjunto de investimentos estrangeiros diretos no Terceiro Mundo, avaliado em US\$ 32 bilhões.

Os maiores recursos do País, no entanto, são o entusiasmo e a capacidade empresarial. Os erros de política passados tiveram o benefício lateral de criar uma grande sensibilidade de reação tanto nas empresas quanto nas pessoas; trata-se de algo mal dirigido, mas que pelo menos existe. Os brasileiros estão continuando com suas vidas, apesar do governo. Calcula-se que a economia paralela do País é maior que a economia oficial.

Tudo isso faz com que um rápido — e feliz — final à crise governamental do Brasil se torne ainda mais vital. Ninguém pode esconder-se da desintegração social que um colapso da moeda representa. Isso também faz com que um final feliz seja mais compensador para o Brasil — e, com um pouco de sorte, também mais plausível.

Como disse Rudiger Dornbusch, "O Brasil não está bêbado, é só contente".

A publicação do relatório da The Economist sobre a economia brasileira terá continuidade na edição de amanhã, abordando a forma como o Brasil tem empurrado com a barriga seus problemas e levado a economia em direção à esmagação.

Bêbado mas não doente

6 Con. Brasil
10 DEZ 1991

por Jim Rohwer
da The Economist

A única coisa que se interpõe entre o Brasil e índices de crescimento econômico como os registrados na Ásia é um mau governo.

Qualquer pessoa retornando ao Brasil depois de uma ausência de cinco anos seria perdoada por achar que nada mudou. O Rio de Janeiro continua sendo a "cidade maravilhosa", um paraíso hedonista de montanhas verdes olhando para o mar azul. O Estado de São Paulo, com a segunda cidade mais populosa do mundo (existem 17 milhões de paulistanos) e com quase metade da produção industrial brasileira, continua vibrando com energia empresarial e com prosperidade. Brasília continua sendo o triunfo da lógica não controlada de um planejador: a mais repulsiva e desumana capital do planeta. Um dos maiores milagres da natureza, a flo-

resta amazônica, revelou ser mais resistente aos ataques do homem do que se temia há alguns anos; mesmo agora, apenas 8% da sua área foi queimada. As praias equatoriais no litoral nordeste continuam estendendo-se por centenas de quilômetros desertos de areia branca. O "cerrado" central continua parecendo interminável quando sobrevoado.

Na verdade, porém, o Brasil mudou muito no decorrer da última meia década — e quase exclusivamente para pior. Nesses cinco anos, o Brasil viu dez ministros das finanças, dez presidentes do Banco Central, cinco doses de terapia econômica de choque e quatro moedas (não seria surpresa alguma se um ou mais desses dados aumentassem ainda mais durante as duas semanas transcorridas entre a finalização desta pesquisa e a sua publicação). Cada um dos cruzeiros atualmente em circulação equivale a 1 milhão dos cruzeiros que estavam circulando no início de 1986. Os valores externos da moeda flutuam loucamente; somente em outubro, precisava-se de Cr\$ 550 a Cr\$ 1.050 para comprar US\$ 1. O Produto Interno Bruto (PIB) real em 1991 provavelmente será menor do que era em 1986. O PIB real "per capita" pode ter caído até 10% — retornando ao nível de 1978. É altamente provável que a economia continuará encolhendo em 1992. Se isso acontecer, será o terceiro ano seguido de contração econômica e o quarto ano

(em cinco) de redução da produção industrial.

Somente alguém que chegue de fora fica suficientemente espantado para perceber que a sociedade brasileira está desintegrando-se. As greves estão atingindo a intensidade que tinha na Inglaterra pouco antes da eleição de Margaret Thatcher, em 1979. Até mesmo o Rio de Janeiro não estava na sua forma mais charmosa em outubro, durante a terceira greve do ano organizada pelos lixeiros da cidade maravilhosa.

Está ocorrendo um desgaste muito pior do tecido social. Os brasileiros parecem não pensar duas vezes a respeito do dinheiro de proteção que eles pagam naturalmente às pessoas esfarrapadas que "tomam conta" dos seus carros quando precisam estacionar nas ruas. Os funcionários públicos, muitos indignados, negam que a criminalidade nas ruas seja pior no Rio de Janeiro ou em

São Paulo do que nas grandes cidades norte-americanas. Eles estão dizendo bobagens. Um pedestre é muito mais vulnerável a um assalto no Rio do que em Nova York ou em Los Angeles (se bem que ele corre menor risco de vida, uma vez que os assaltantes não estão drogados e a meia exibição de um revólver, de uma faca ou de um caco de vidro geralmente é suficiente para conseguir o que eles querem). As vítimas frequentemente acabam perdendo as coisas mais estranhas: não apenas dinheiro e jóias, mas também os sapatos.

A corrupção, sempre

(Continua na página 8)

Começa com esta edição a publicação do relatório sobre o Brasil da revista

The Economist